



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELLECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638282>

DOI: 10.20396/rua.v18i2.8638282

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2015 by UNICAMP/NUDECRI/LABEURB. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>



Espaços Linguísticos e seus desafios: convergências e divergências ¹ Linguistic Spaces and its challenges: convergences and divergences

Eni Puccinelli Orlandi*

Resumo

Refletimos, neste trabalho, sobre a relação ou as relações entre línguas na conjuntura contemporânea. Procuramos compreender que sentidos jogam nas práticas linguísticas deste ou daquele espaço linguístico e a necessidade da redefinição desses mesmos espaços. Consideramos a necessidade de se trabalhar a polissemia das línguas e as relações de uma língua á outra em seus efeitos metafóricos, deriva de sentidos, deslizamentos, de modo que as línguas, em suas relações, não se mantenham fechadas mas abertas sobre a polissemia, o que faz com que nenhuma língua permaneça imóvel, fora de suas possibilidades de mudança.

Palavras chave: espaços linguísticos; multilinguismo; polissemia das línguas; usuário/sujeito; universalismo

Abstract

We reflect in this work on the relationship between languages in contemporary conjuncture. We seek to understand what senses play in linguistic practices of this or that linguistic space and the need to redefine these same spaces. We feel the need to work the language's polysemy and the relations from one language to the other in their effects metaphorical senses drifts, landslides, so that the languages in their relations don't remain closed but open about polysemy, which makes no language remains motionless, outside their possibilities for change.

Key words: linguistic spaces; multilingualism; language's polysemy; user/subject; universalism

¹ Este texto é a versão completa de um fragmento que foi apresentado, em sessão televisionada, no Forum de Multilinguismo (Québec), julho de 2012, em conferência de abertura, junto a representantes da francofonia, africanofonia, hispanofonia, anglofonia e arabofonia.

* Pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp, professora e coordenadora do mestrado em Linguagem e Sociedade da Universidade do Vale do Sapucaí e professora colaboradora do IEL da Universidade Estadual de Campinas. Email: enip@uol.com.br Endereço: Labeurb – Laboratório de Estudos Urbanos Unicamp/Cocen / Nudecri Caixa Postal 6166 Campinas/SP – Brasil. CEP: 13083-892

Introdução

Penso que o primeiro e maior desafio posto pelo estado atual da situação linguística, eu diria, linguístico-discursiva, pensada no cenário mundial, é a necessidade de redefinições. E quando penso as redefinições, penso a teoria e a práxis, ou seja, penso em redefinições que resultam em consequências que tocam as práticas chamadas multilíngues no mundo contemporâneo e seu alcance político-social. Minha proposta, portanto, nesta reflexão conjunta sobre os chamados *espaços linguísticos* e seus *desafios*, é pensar as *redefinições* necessárias para que daí resultem modos de significar o multilinguismo, as relações entre línguas, na conjuntura da chamada globalização/mundialização², hoje.

A Língua, as Línguas e o Multilinguismo

Não há país que não seja multilíngue. Dito de outro modo: não há país monolíngue. Não há Estado que, embora em sua institucionalidade³ apresente sua ou suas línguas oficiais, nacionais, não se faça no contato com múltiplas línguas. E a língua não é una, não é uma, não é pura. É feita de falhas, de mudanças, de contatos variados. As línguas mudam, entram em contato entre si, desaparecem, se criam. Estão sempre incompletas, em movimento, assim como as identidades são um movimento na história. Não há Nação que não produza uma riqueza imensa na relação de sua(s) língua(s) e sua(s) cultura(s). Relação complexa, portanto, que não existe em linha reta, não é exata e demanda que se pense a história, a sociedade, e a política.

Porque as línguas não são objetos etéreos. Não se pode pensar a língua sem pensar a constituição dos sujeitos e dos sentidos. Segundo a perspectiva pela qual trabalho esta questão, que é a perspectiva discursiva, a língua, sujeita a falha, se

² Não posso deixar de observar, já, as políticas da língua funcionando: quando escrevo globalização não há questão a ser posta, quando escrevo mundialização meu computador aponta uma questão ortográfica: grifo em vermelho. Isto porque, em inglês, não há forma de se dizer mundialização. Diz-se globalização. Em segundo lugar, a palavra “espaço” é uma palavra que, se tomarmos a discussão sobre a chamada “pós-modernidade” marca a passagem da modernidade para a pós-modernidade carregando consigo a passagem da reflexão nuclearizada sobre tempo para a reflexão centrada e dita pelo espaço. São dois indícios de dificuldades teóricas para a reflexão sobre a questão que se nos coloca.

³ A institucionalidade do Estado moderno exige o estabelecimento de uma (ou mais) língua nacional, oficial. Reciprocamente, há formas da língua que se legitimam, adquirindo um estatuto de legitimidade, institucionalidade; é o que tenho chamado de “Língua Institucionalizada”, a das normas, a língua “standard”, nacional, a que se liga à escrita, à gramatização, ao ensino.

inscreve na história para significar. De sua parte, o indivíduo, afetado pela língua e interpelado pela ideologia, se constitui sujeito. Sujeito dividido, já em sua constituição e sujeitos divididos em sua relação com a sociedade e com a história. Portanto não podemos pensar as línguas sem pensar a língua, o sujeito e o sentido, em sua constituição, em que entram o social, o histórico, o ideológico e o político. Pensando as línguas, agora em seu plural, podemos dizer que elas são um fato social, histórico, elas são praticadas, funcionam em condições determinadas, têm uma materialidade, marcam a história. As práticas simbólicas que são as línguas são administradas por relações de poder que regem seu funcionamento e é impossível pensá-las fora destas condições político-históricas. Um ponto importante não poderia escapar-nos : **em diferentes momentos da história, as relações de poder se organizam e declinam diferentemente suas relações com as línguas e entre elas, nas e entre as sociedades e as culturas diferentes.** Como consequência, podemos dizer que a produção cultural, científica, social e a própria relação entre os sujeitos no mundo dependem de como se realizam as chamadas « políticas de línguas ».

Multilinguismo e Globalização

Nas condições atuais, é, pois, preciso pensar os sentidos que se estão produzindo a respeito desta questão. Não podemos deixar de observar que há, contemporaneamente, um grande investimento no discurso do multilinguismo que se acompanha, fortemente, do discurso da mundialização/globalização. Ao contextualizá-lo em relação à globalização já estamos significando de uma maneira específica as línguas em suas relações. Essa formação ideológica da globalização, a que se agrega o multilinguismo, se constitui de uma contradição entre seu discurso formal universalizante e sua prática concreta de segregação. É uma formação ideológica que, frequentemente, produz a redução das culturas a museus, museifica as relações com línguas locais, se prende a um multiculturalismo empobrecedor, que faz idealmente a apologia da diferença e da multiplicidade, mas impõe, na prática, um monolinguismo fechado que silencia a pluralidade linguística necessária à dinâmica das sociedades e dos sujeitos no mundo. Segundo L. Carroué (2007), como tenho retomado repetidas vezes, a globalização é um processo geo-histórico de *extensão progressiva do capitalismo* em escala mundial e que é ao mesmo tempo **uma** ideologia (neoliberal), **uma** moeda (o dólar), **um** instrumento (o capitalismo), **um** sistema político (a democracia), **uma** língua (o inglês). Mas como

diz S. Brunel (2007), a aparente unificação mundial apaga profundas disparidades e, ao fazê-lo, reforça as desigualdades, tanto no plano espacial como social. Algumas questões são consideradas essenciais e em nome delas se exerce o poder controlador: segurança, saúde e acesso à energia. Eu acrescentaria, equilíbrio econômico. Há reafirmação das identidades locais, reativação do comunitarismo (em detrimento da valorização do social e do estado) e fragmentação do mundo. Tem-se de um lado o Um e de outro o fragmentário (dissolvido). E não o que, segundo penso, é desejável: o **universalismo histórico**, que admite o real concreto sujeito a diferenças e a contradições.

Nessa conjuntura, os combates memoriais e a intolerância (religiosa e outras) são muito agudos, se reforçam. Resultando em conflitos, preconceitos e alimentando até mesmo as guerras no mundo. Ao mesmo tempo, se fala em cidadania mundial, desenvolvimento igual para todos etc. sendo que as mercadorias e os capitais vão e vêm livremente enquanto os homens são, frequentemente, presos nas fronteiras. Este discurso da mundialização produz, assim, o esquecimento do político, do social, da abertura a experiências compartilhadas/divididas/confrontadas entre sujeitos das mais variadas formas identitárias, culturais, sociais, ideológicas. Nessa posição, nas relações internacionais, pratica-se o relativismo cultural e linguístico, aceitando-se, como é próprio à ideologia do humanismo idealista, todas as culturas e as línguas, idealmente, enquanto, na estrutura política que realmente decide, somos dominados pelo monolinguismo da língua do poder. Porque este tem as reais condições de se impor, de se instrumentar, de concretizar relações entre os “falantes” (usuários?) de diferentes partes do mundo.

Pois bem, retomando o Ulisses da *Odisséia*, podemos nos perguntar: “*Qual é o povo ao qual cheguei desta vez? São ladrões inumanos ou partidários do sagrado direito da hospitalidade?*”. Segundo Dauk (2006), Ulisses estabelece pela primeira vez os **limites do mundo dos humanos** e o critério do traçado deste limite é a **hospitalidade**. Esta ideia relaciona os humanos (eu diria os sujeitos) entre si por sobre as fronteiras étnicas e culturais. Mas o “estranho” nunca deixou de ser uma figura ambígua e a questão das fronteiras (espaços?) sempre se colocou. Pensar o multilinguismo em outra perspectiva que não a dessa ideologia da globalização pode ser uma maneira interessante de **pensar as línguas como esse lugar de hospitalidade**.

Línguas polissêmicas, não porque suas palavras são capazes de polissemia, mas elas mesmas são abertura no simbólico, deslizam, se movimentam como línguas.

Mas a mudança dessa situação não é uma questão de “atitude”, de “boa vontade”, é uma questão teórico-política, que demanda deslocamentos na ideologia e na história.

Por isso, para mim, quando se fala em desafios, o primeiro que se coloca é o das redefinições, dos sentidos mesmo em suas práticas simbólico-políticas. O primeiro desafio é a própria teoria, como a concebo discursivamente, como práxis.

O que pode mudar isso, como diz Cerquiglioni, é “*a capacidade de entrar em contacto com diferentes línguas que permite aos atores locais se impor no nível internacional*” (2012). E não o monolinguismo, eu acrescentaria, que destitui os sujeitos de suas subjetividades pluridimensionadas e intercambiáveis. Praticar o plural, as transformações e as opções reais, que abrem para a **dinâmica**. Inclui **opções**. Pensar a história, pensar o presente e o modo de projetar o futuro não como previsão do que pode vir a acontecer, mas como prática que constitui condições de desenvolvimento da vida social na história. Entre estas práticas está a formulação de políticas sobre as línguas.

No que se refere às línguas, pois, pensar a mundialização não é, como já observamos em outra ocasião, pensar a *standardização* em escala mundial, mas, ao contrário, a possibilidade de apreender a diversidade, a multiplicidade de sentidos que aí estão inscritos. Por isso não poderíamos deixar de lado sua dimensão histórica e cultural, sua relação ao social e ao político, quando pensamos as línguas na conjuntura mundial.

Daí que não se pode ignorar que, se antes se falava em *política linguística*, hoje, com estas relações complexas entre Estados e a ideologia da mundialização, considero mais próprio se falar em *Geopolítica das Línguas*. É nessa perspectiva que penso o tema dos *grandes espaços linguísticos* e penso aqui no que me cabe pela história e política da colonização; o espaço da lusofonia. Mas também o da francofonia, trazida antes de tudo pela convivência familiar, pela escola dos anos 50 do século XX, que dava um lugar importante ao francês, e pela minha vida intelectual, minha reflexão sobre a língua, sobre o discurso. Sem deixar de fazer referência ao espaço da hispanofonia. Isso porque me situo nos espaços que tocam de perto a historicidade das línguas românicas em suas determinações linguístico-políticas, e meu país, o Brasil, faz fronteira, na América Latina, com os países do espaço hispanofono.

A noção de espaço linguístico

O fato mesmo de organizarmos nossa discussão do multilinguismo, lançando mão da noção de **espaço**, é um gesto que ultrapassa largamente as questões linguísticas propriamente ditas. O uso da palavra espaço para esta **organização** nos remete à globalização: pensada esta em sua forma política que é a de, justamente, apagar, pelo menos imaginariamente, os limites histórico-políticos e sócio-culturais da relação Estados/Nações.

Por isso, penso, esta noção de espaço, ou de conjunto, é uma tentativa de organização e de propostas que vão além das questões linguísticas propriamente ditas para se colocarem como questões organizadoras das relações de forças políticas, ideológicas, científicas e sociais do mundo contemporâneo pensado face à mundialização. Assim, ao pensar esta organização, e para não cair no *organicismo*, considero que devemos nos propor a refletir sobre estas línguas de modo pluricêntrico, não deixando de relacioná-las a outras línguas mundiais⁴. Abrir estes espaços para questões mais amplas: a guerra das identidades, a guerra das culturas, a disputa pela distribuição da produção científica, a guerra propriamente dita. Conflitos. Mas também as convergências, as alianças, os acordos, os pactos.

Estes espaços são atravessados por contradições, não são homogêneos. É assim que as relações entre convergência e divergências intervêm necessariamente. Há questões políticas diferentes nesses espaços e entre eles ; e cada um se singulariza em formas históricas diferentes: colonização, imigração, relações econômicas etc. Cada um, a sua maneira, coloca tantas interrogações e contribuíram com atribuições sociais e políticas igualmente complexas e decisivas no mundo atual. Com resultados importantes para a geopolítica linguística que estabelece relações, forças e valores para eles.

Precisamos pensar estes espaços como espaços instáveis, abertos, heterogêneos. Além disso, eles têm formas históricas diferentes e se constituem em relações políticas diversas. Tanto entre si quanto no interior de cada espaço. Vejamos.

Quando falamos de espaços linguísticos – eu acrescentaria espaços linguístico-discursivos – estamos em face de questões que tocam o fato de que, de um lado, os espaços não são espaços formais, mas espaços materiais com sujeitos que são

⁴ Fala-se da Lusofonia como um desses espaços de presença mundial, internacional. Mas o seu modo de presença não é o mesmo que o da Francofonia, ou da Hispanofonia e muito menos o da Anglofonia. O que estamos apagando quando falamos desses espaços como se se representassem do mesmo modo na conjuntura mundial?

significados e que significam (espaços de interpretação). São espaços heterogêneos: espaços histórico-linguísticos atravessados por contradições. Nesse caso, é preciso especificar que eles são afetados pelo fato de que a maneira como cada espaço significa em sua forma histórica difere uns dos outros.

A forma histórica desses espaços, ditos linguísticos, ou linguístico-discursivos, implica a maneira como o Estado geriu sua constituição, suas articulações político-simbólicas. Assim, desde que levamos em conta estas relações inscritas nesta história das línguas e desses espaços, intervêm necessariamente as relações entre convergências e divergências porque estes espaços e suas formas históricas, como dissemos, não coincidem. Cada um tem suas especificidades, suas identidades, suas políticas de língua. Daí a proposta do desafio de se encontrarem possíveis pontos de contato, convergências. Por outro lado, é preciso considerar que o modo como estes espaços se constituíram difere. Uns, pelos processos de colonização (que não são homogêneos), outros, pela colonização, mas também por diferentes relações que implicam, entre outros, a própria formação dos Estados com suas línguas, outros por trocas econômicas, culturais etc. Na contemporaneidade, entram em questão a mundialização, novos componentes políticos, econômicos, sociais, culturais. Tudo a ser levado em conta. E seguramente, em se tratando das gerações mais jovens na sua relação com as línguas, entram em conta diferentes determinantes tecnológicas, face à força material das novas tecnologias da linguagem, das mídias e dos grandes aparelhos difusores de línguas e que, eles também, têm uma forma, suas múltiplas práticas, com suas materialidades linguísticas junto a outras formas materiais significantes.

Lusofonia: um espaço fechado ou um campo de relações multiformes e abertas?

Como poderíamos falar da relação entre estes conjuntos de línguas que, em nossos dias, formam o que chamamos *lusofonia*, *hispanofonia*, *francofonia*, sem fazer referência ao fato de que, linguístico-discursivamente, da mesma maneira que houve um processo de colonização, há também o de descolonização linguística, que afeta a história da relação às línguas em seus contatos e em sua formação. E podemos constatar isso atualmente, no que tange a Lusofonia, por exemplo, no que eu chamaria sua redefinição. Se pensamos o processo de descolonização, podemos defini-lo como o estabelecimento deste imaginário pelo qual se produz também um acontecimento linguístico, este, sustentado no fato de que a língua faz sentido em relação a sujeitos que não estão mais

submetidos a um poder que impõe uma língua sobre sujeitos de uma outra sociedade, de um outro Estado, de uma outra Nação. A memória que administra a relação destes sujeitos a sua língua não é mais uma memória exterior a seu campo de significação enquanto cidadão de um certo país, um sujeito com sua forma histórica, politicamente significado no mundo. Temos assim uma definição de Lusofonia voltada não para o passado, para uma língua imposta a outras. E este espaço é definido antes como um *conjunto de línguas que, no presente, é um campo dinâmico e diversificado, multilíngue, na sua coexistência com uma língua européia que faz parte desta história.* Uma definição que reorganiza as relações das línguas e funciona de maneira distinta hoje. **Nossas diferenças e semelhanças podem ser tratadas de maneira politicamente produtiva face à mundialização.** Com efeito, podemos igualmente redefinir a própria mundialização insistindo sobre a heterogeneidade, o movimento, a não-idealização de práticas linguísticas ou outras que devem ser pensadas menos porque são as mesmas por toda parte, e mais em sua historicidade, e porque são significadas politicamente. **Isto nos leva a pensar o plural, e o dinâmico (o movimento), tanto quanto as semelhanças e as diferenças. Suas divergências e convergências.**

Penso que o denominador comum que permite tratar de maneira dinâmica e atual a questão desses conjuntos, desses espaços linguísticos, que chamamos lusofonia, hispanofonia e francofonia é o traço comum com **as línguas românicas, latinas.** Não esqueçamos os outros espaços aqui nomeados com sua historicidade, suas particularidades políticas e suas especificidades em relação à mundialização: o da anglofonia, africanofonia, arabofonia que colocam as mesmas interrogações e contribuições sociais e políticas igualmente complexas e decisivas para o mundo atual. Assim, não tenhamos nenhuma ilusão quanto à unicidade de nenhum destes espaços/conjuntos nem quanto à possibilidade de encontrar na relação entre eles alguma simples soma. Trata-se de uma relação difícil e contraditória em seus aspectos tanto culturais quanto sociais e históricos.⁵

Como já disse, a **forma histórica** da francofonia é diferente daquela da lusofonia ou da hispanofonia. Não nos estenderemos sobre suas diferentes formas históricas. O importante, aqui, é falar de suas relações entre si e do **confronto com a**

⁵ A diferença entre "pacto", palavra utilizada pela francofonia, e "acordo", termo empregado pelos que, em uma reunião em Portugal, procuravam um ponto comum de prática linguística, podendo ser aceita tanto pelos Portugueses quanto pelos Brasileiros e Africanos, é uma das coisas que me incentivaram a me voltar para esta questão das diferentes formas históricas, como veremos abaixo.

situação atual que tende à impor um sentido de mundialização homogêneo administrado por uma só língua : o inglês. Caso em que perderíamos toda a riqueza, os numerosos benefícios e as contribuições culturais, artísticas, científicas, sociais, históricas e políticas de um mundo que seria assim reduzido ao silêncio pela prática de uma língua única. Língua que, do modo como se apresenta, não fala com sujeitos mas com usuários, que só escorregam pela superfície da informação tratada como mercadoria. A realidade de todo sujeito locutor é multilíngue. Todo país é multilíngue. Como poderia existir um mundo unilíngue senão como a conversão de uma ficção por uma política de força ? Como uma ficção ? Como construção imaginária – sustentada pela ideologia e discursos dominantes – esvaziada da história e do jogo simbólico que constituem a realidade profunda de todo sujeito locutor. É este imaginário que deve ser atingido por práticas de linguagem que atravessam este ritual ideológico que se diz pelo discurso da mundialização.

Na realidade, na busca de convergências, é contra este sentido homogeneizante e monolíngue da mundialização que é necessário pensar a prática concreta do multilinguismo, sustentada pela promoção de articulações efetivas, programáticas entre a francofonia, a hispanofonia e a lusofonia como experiências históricas vastas e multiformes, com seus sentidos postos na contramão da colonização.

A francofonia, tomou, na atualidade, uma via muito importante com trabalhos que colocam às claras as funções do capital multilíngue na produção econômica. Ao mesmo tempo, ela se engaja em mostrar que a valorização da língua francesa passa pela valorização das línguas parceiras na produção e na difusão do conhecimento. O que pede uma política de relações abertas sobre a produção econômica e intelectual, uma vez que nossas sociedades são sociedades do conhecimento. Por outro lado, há também a posição francófono que se coloca como um bem comum da humanidade. Neste caso, fala-se da cultura da paz, da diversidade cultural e da pluralidade linguística e do multilinguismo como essencial ao diálogo das culturas; forte presença pois do humanismo. E há ainda os que pensam a língua francesa como constituída por uma soma de experiências compartilhadas por indivíduos e instituições e, como diz Cerquiglini (2012), analisar este estado de fato permite compreender, construir e propor ações múltiplas integradas.

Uma questão de método e de gestos administrativos

Na realidade, é preciso explicitar a posição teórica da qual observo estes fatos, estes espaços. Trata-se da posição da teoria do discurso. E estes fatos são pensados a partir dos discursos sobre a(s) língua(s), sejam discursos do senso comum, sejam discursos sobre as línguas, ou discursos metalinguísticos. Há sempre instrumentos de constituição dessas línguas que configuram um seu imaginário, um imaginário desses espaços. Por exemplo, se tomamos a lusofonia, há a colonização que é um acontecimento linguístico e se cria um imaginário que separa o português de Portugal e o do Brasil. No século XIX, com a independência do Brasil, houve a constituição do processo de gramatização – gramáticos brasileiros produziram nossos instrumentos linguísticos (gramáticas e dicionários), escolas, cursos de língua etc. que institucionalizaram nossa relação com a língua no Brasil – para que o brasileiro soubesse sua língua e, ao mesmo tempo, soubesse que a sabe. Criou-se desse modo um espaço politicamente significado do ponto de vista da língua entre os Brasileiros e os Portugueses sobre a língua que cada um desses países/sociedades fala. Com reflexos, no Brasil, para a relação entre brasileiros e brasileiros face à língua.

Desse ponto de vista, é preciso mostrar que a posição da sociolinguística é a de mostrar a multiplicidade das línguas quando se fala do multilinguismo. Do ponto de vista da teoria do discurso o importante é falar da multiplicidade de sentidos que aí está inscrita quando falamos de multilinguismo. Fazemos, pois, um recuo, para observar dos bastidores onde estas injunções se jogam entre as línguas e suas relações. É aí que importa falar de geopolítica das línguas, dos conjuntos de línguas, dos campos de línguas, dos espaços linguísticos, contanto que não se pensem espaços fechados. Vemos assim que as teorias que falam de mudanças e de contato entre línguas, produzidas no século XIX não podem explicar a situação desses espaços hoje: a noção de mudança é outra, a noção de relação entre as línguas é outra. A noção de contato é outra.

Podemos realçar estas diferenças colocando em relação as proposições feitas no espaço/campo da lusofonia e no da francofonia. É então que aparece a diferença entre, por exemplo, a noção de *pacto* e a de *acordo*, face à mundialização e a língua única.

No espaço linguístico lusófono, a palavra de passe é “acordo”; no espaço francófono a palavra mais usada é “pacto”. Explorar os sentidos destas duas palavras (formações discursivas?) – acordo e pacto – pode nos ensinar muito sobre o modo como estes dois espaços se apresentam frente a questões das políticas de línguas e face à

mundialização negociada e sua língua única. Um acordo negociado/um pacto que engaja suas diferenças em um compromisso.

No espaço lusófono há, para fazer face às questões das relações das línguas na mundialização, uma posição favorável ao multilinguismo. A palavra instituída para isto é “acordo”. Com um acordo se estabelecem condições mútuas para uma **finalidade** negociada. É jurídico/negociada. Não engaja a vontade, mas os fins objetivados. A consonância, a conformidade (acordo de cavaleiros). Estabelecem-se políticas de negociação visando resultados. No espaço francófono, também reivindicando o multilinguismo, o ensino bilíngue etc. fala-se de preferência em “pacto”. No pacto as pessoas se unem em função de um **princípio** com estratégias para realizá-los. É preciso se ajustar, estabelecer contratos (jurídicos), finalidades edificantes. O pacto engaja a vontade. A moral. Estabelecem-se políticas de engajamento. Vemos, pois, que não podemos reduzir o próprio sentido de cada um destes espaços uns aos outros. Cada um tem suas finalidades, sua história, sua forma de praticar a política de língua, praticando ao mesmo tempo sua ideologia multilíngue.

A um passo da conclusão

Se, com o Estado/Nação as noções que mobilizamos é de língua oficial, língua nacional e cidadania, hoje, na nova forma social, falamos em “usuários” (E. Orlandi, 2011), em múltiplas línguas, em falares, em dialetos, em comunidades etc. Se antes devíamos abandonar o falar local, a língua materna, pela noção de unidade, a nacional, hoje nos fragmentamos em falares locais, dificilmente visíveis, pouco conhecidos (não gramatizados), enquanto do outro lado, paralelamente, flui livremente, sustentado por uma enorme quantidade de instrumentos linguísticos, e com toda a visibilidade e apoio tecnológico a língua franca “universal” da comunicação e do conhecimento: a língua única (nas condições atuais, o inglês). Língua dominante não só no espaço digital, o espaço da multidão de usuários. O que se apresenta como universal é justamente o que resulta do poder dominante: o monolinguismo. É, pois, uma questão política, uma questão de domesticação da efervescência das línguas nas suas amplas possibilidades de significar. É das múltiplas possibilidades de sentidos que o monolinguismo oferece proteção.

O discurso do multiculturalismo/multilinguismo quando sustentado em bases do sociologismo, ao se mostrar como forma de defesa das minorias, acaba por sustentar, na

verdade, o domínio do monolinguismo. A partir desse jogo, a contradição com que nos defrontamos não é mais local/nacional, mas histórico/universal. Daí minha proposta ser a de praticar o que chamo de **universalismo histórico**, este que reconhece no outro homem o que somos, admitindo as diferenças, sendo diferentes. E não uma massa uniforme sem determinações concretas, históricas e simbólicas. Tomar estas determinações em conta é lidar com a **instabilidade, a diferença, a multiplicidade**. E praticarmos políticas de língua baseadas em um princípio geral de multilinguismo, no plano das relações cotidianas, no plano das políticas regionais, no plano das relações globais, no plano das relações próprias ao mundo das ciências.

Nesse passo permito-me voltar a referir a uma distinção que tenho proposto – e que faz parte do que chamo a prática do universalismo histórico face ao multilinguismo – pensando a mundialização e suas práticas. Essas são práticas, na maioria das vezes, que na verdade não estabelecem uma relação com a língua do ponto de vista sócio-histórico, ideológico, em sua articulação entre o simbólico e o político, em que afloram a riqueza cultural, científica, artística dos sujeitos sociais. São menos do que práticas, são apenas “usos” momentâneos em que nem se inscreve a identidade dos sujeitos, nem se estabelecem filiações de memória, com consistência. Daí eu distinguir entre **sujeitos falantes** de uma língua, em que há sujeitos envolvidos, e **usuários** de uma língua em que apenas resultados imediatos entram em questão. Na internet, por exemplo, há uma multidão de usuários de uma língua única, mas certamente poucos são os seus sujeitos falantes.

Daí penso que a estratégia face à promoção do multilinguismo, na perspectiva que chamo de universalismo histórico, é a de unirmos diferentes línguas em seus campos de relações e praticá-las de forma a estabelecermos relações entre seus sujeitos falantes objetivando assim deslegitimar o monolinguismo com seus usuários. Para isso, nós que temos o português em nossa história comum devemos praticá-lo de forma politicamente significada, ou seja, como uma língua plural que nos contemple a todos em nossas semelhanças e em nossas diferenças: no Brasil, em Portugal, na África, na Ásia, sem esquecer o complexo desenho das múltiplas línguas faladas, em sua convivência com o português, em todos estes continentes. Visando uma humanidade compartilhada, é preciso se constituir uma relação com as línguas enquanto elas nos significam em nossas histórias, em nossas culturas e nossas singularidades. Sem esquecer que não somos apenas diferentes, mas também semelhantes em nossa condição

de sujeitos simbólicos e históricos, com nossas formas de relações sociais e nossas línguas pluricêntricas.

Nesse sentido, não é só a lusofonia, redefinida, que nos interessa preencher de sentidos, mas sua relação com a hispanofonia e a francofonia, a anglofonia, a africanofonia, a arabofonia (também re-significadas) em função de uma história mais ampla e mais vasta e também plural. Falar e escrever em nossas línguas, na relação com outras línguas, pode significar uma apropriação, no século XXI, de um instrumento equivalente a outros instrumentos tecnológicos de representação de nossa relação com esta questão linguística mais ampla que nos convida a refletir, conjuntamente, sobre a geopolítica linguística contemporânea e que possa nos colocar em uma posição histórica e política decisiva na contemporaneidade, não só para as novas gerações, mas tornando possível a relação entre diferentes gerações com seus modos de se relacionar à(s) “sua(s)” língua(s). Sociedades, sujeitos, sentidos estão sempre incompletos, em movimento e em processo de constituição. As línguas seguem o mesmo princípio. E seus cursos.

Em suma : uma práxis polissêmica das línguas.

A questão não está no conteúdo do que consideramos a propósito do multilinguismo. Como para a questão do sentido, a questão do multilinguismo está nas relações que estabelecemos para as línguas e entre elas. Relações que têm como princípio **a abertura do simbólico**. Isto quer dizer que é preciso considerar as relações entre línguas como relações sempre incompletas, em que se pratica a **polissemia**, compreendida como o fato de que há sempre vários movimentos de sentidos no mesmo objeto simbólico. Agora pensando não a polissemia que se dá nas palavras ou expressões de uma língua mas a polissemia da própria língua. As línguas são polissêmicas, sujeitas a falhas, ao possível, derivam, deslizam. Em consequência, é preciso estabelecer a relação de uma língua á outra produzindo efeitos metafóricos, em outras palavras, derivas de sentidos, deslizamentos, trabalhando essas relações de modo que as línguas se abram a estes efeitos. Elas, então, não se mantêm fechadas mas abertas sobre a polissemia. Isto realiza as condições, a meu ver, da prática real do multilinguismo. Assim nós consideramos finalmente a relação entre as línguas como relações em que jogam a transferência, o movimento, a deriva de uma língua para a outra, o que faz com que nenhuma língua permaneça imóvel, fora de suas possibilidades

de mudança. O multilinguismo, digamos, existe na própria possibilidade da transformação das línguas, fazendo parte da história e do político. Ideologia da globalização, ressignificada, redefinida em seu sentido dinâmico e aberto.

Bibliografia

BRUNEL, S. 2007. “Qu’est-ce que la mondialisation?”. IN:10 questions sur la mondialisation, *Sciences Humaines*, nº1805, Paris

CARROUÉ, L. 2007. “Qu’est-ce que la mondialisation?”, in 10 questions sur la mondialisation, *Sciences Humaines*, nº1805, Paris.

CASTELO BRANCO, L. 2011. *A historicidade dos sentidos de “Nação” nos discursos dos países da CPLP*, Jornada de HIL, Univás, Pouso Alegre.

CERQUIGLINI, B. 2012. Documentos de Trabalho" do GT Internacional de Multilinguismo. [S.I.: s.n.]

DAUK, Elke , revista *Humboldt*, nº 93, Alemanha.

ORLANDI, E. 2011. *Terra à Vista*, São Paulo: Cortez/Unicamp, 1990 [trad. Francesa *La construction du Brésil*, Paris: Harmattan, 2011].

_____. 2009. *Língua Brasileira e Outras Histórias*, Campinas: RG.

_____. et alii (org) 1998. *L’hyperlangue brésilienne*, *Langages*, nº130, Larousse, Paris.

_____. 2002. *Língua e Conhecimento Linguístico*, São Paulo, Cortez.

Data de Recebimento: 10/07/2012

Data de Aprovação: 16/10/2012

Para citar essa obra:

ORLANDI, Eni Puccinelli. Espaços Linguísticos e seus desafios: convergências e divergências. RUA [online]. 2012, no. 18. Volume 2 - ISSN 1413-2109

Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade

<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>

Capa: Autor desconhecido. Fotografia. Disponível em: <http://www.radiof2.unina.it/?attachment_id=8645>

Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB
Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

<http://www.labeurb.unicamp.br/>

Endereço:

LABEURB - LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS

UNICAMP/COCEN / NUDECRI

CAIXA POSTAL 6166

Campinas/SP – Brasil

CEP 13083-892

Fone/ Fax: (19) 3521-7900

Contato: <http://www.labeurb.unicamp.br/contato>